

Policiamento Orientado à Solução de Problemas na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – Brasil

Igor Araújo Barros de Moraes

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Especialista em Gestão da Segurança Pública pela Faculdade Barddal. Aspirante a oficial da Polícia Militar de Santa Catarina.

igor4444@gmail.com

Thiago Augusto Vieira

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bacharel em Segurança Pública pela Universidade do Vale do Itajaí. Especialista em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera. Capitão da Polícia Militar de Santa Catarina.

thiagoaugusto.vieira@gmail.com

Resumo

Além de demonstrar o Policiamento Orientado à Solução de Problemas e sua metodologia como estratégia e ferramenta de preservação da ordem pública utilizada pela 1ª Companhia do 4º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, o presente estudo visa apresentar e disseminar alternativa de policiamento complementar ao método tradicional de policiamento essencialmente reativo. A pesquisa de estudo de caso revelou uma evolução na forma de policiamento, focada na prevenção mediante aproximação com a população, sedimentando parcerias que procuram agir de maneira criativa sobre as causas do problema e direcionando o policiamento para a construção de soluções que busquem gerar qualidade de vida. Apresenta-se que a adoção do Policiamento Orientado à Solução de Problemas como estratégia complementar ao policiamento tradicional constitui-se em importante ferramenta de gerenciamento para ações de polícia ostensiva, afastando o empirismo e tornando técnico e profissional a prestação de segurança à sociedade catarinense.

Palavras-Chave

Polícia. Direitos humanos. Capacitação profissional. Segurança pública.

INTRODUÇÃO

Ainda não está massificada na Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) uma metodologia para a solução de problemas repetitivos de segurança pública de determinada localidade, de modo a promover a utilização racional e eficiente dos recursos disponíveis.

O propósito deste artigo consiste na apresentação de um método racional e eficiente para a tomada de decisões que envolvam o policiamento e para a resolução de problemas repetitivos que envolvam crime, desordem ou medo de crime, e que se perpetuem no tempo em determinados lugares. Agrega relevância à medida que permite disseminar o conhecimento e espalhar a utilização do referido método para todos os Batalhões de Polícia Militar (BPM) do Estado.

O Policiamento Orientado à Solução de Problemas (Posp) traz como contribuição a atuação sobre as causas dos problemas de segurança pública, ampliando seu olhar para além do crime e sobrepondo a desordem ou sensação de insegurança. O Posp propicia a elaboração de uma resposta que congregue todos aqueles que têm responsabilidade sobre cada causa específica.

A busca por um método científico é importante, pois, segundo Monet (2002), é comum na cultura policial um conservadorismo

intelectual disfarçado de pragmatismo, privilegiando apenas elementos concretos e o anti-intelectualismo. Tentativas de inovação, de experimentação ou de pesquisa são imediatamente rejeitadas. Pelo medo, a reprodução do eterno passado estagna a polícia em práticas rotineiras e sua adaptação à mudança social. O autor citado vai mais além, e afirma que não adianta aumentar o policiamento se o objetivo for continuar a fazer o mesmo policiamento.

Assim, para o presente texto, realizou-se um estudo de caso sobre a experiência da implantação do Posp e do método Iara pela 1ª Companhia do 4º Batalhão de Polícia Militar (1ª CIA/4º BPM) do Estado de Santa Catarina em parceria com o Conselho Comunitário de Segurança do Centro de Florianópolis (Conseg-Centro).

A segunda seção do artigo descreve a evolução histórica do policiamento moderno (pós-1830) para melhor entender o objeto do estudo. A terceira seção do artigo trata do referencial teórico sobre o Posp e seu método de operacionalização do policiamento, denominado Iara. A quarta seção relaciona o Posp e o método Iara dentro da PMSC em três dimensões: estratégica, por meio do Plano de Comando da corporação, tática, com a aprovação de um procedimento operacional padrão tratando sobre o tema, e operacional. Esta última dimensão é abordada na quinta seção, em que se apresenta o estudo de caso propriamente dito.

Ao final, na sexta seção, apresentam-se considerações finais e sugestões sobre a pesquisa realizada.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO POLICIAMENTO ORIENTADO À SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

O Posp surgiu da evolução das diferentes estratégias de policiamento moderno, por meio do aperfeiçoamento e da inovação da atividade policial rotineira no mundo (BRASIL, 2009). A seguir identifica-se como essas mudanças ocorreram e influenciaram a forma de policiamento atualmente utilizada no Brasil e no Estado de Santa Catarina.

Doutrinariamente, divide-se o policiamento em três eras fundamentais: política (1830-1930), profissional (1930-1980) e da resolução de problemas com a comunidade (1980-2000) (HIPÓLITO; TASCA, 2012).

Na era política, que durou aproximadamente entre 1830 e 1930, a polícia era uma instituição importante e presente, responsável por funções das mais variadas. Não estava exatamente claro e bem delineado o objeto do policiamento, e os policiais, próximos à comunidade, buscavam atender aos interesses dos cidadãos e dos políticos. A polícia estava essencialmente vinculada ao poder político, por vezes, era partidária e oligárquica. Este traço, principalmente, causava uma polícia parcial, sem profissionalização e, muitas vezes, corrupta. As principais táticas empregadas eram o policiamento ostensivo a pé e montado, o que gerava maior contato com as pessoas (BRASIL, 2009).

Entre as principais críticas a esse período, citam-se o abuso do poder com uso despro-

porcional da força no atendimento às ocorrências, a corrupção e o ingresso de apadrinhados políticos. Estas duas últimas questões eram fruto da politização partidária das polícias (BRASIL, 2009).

Na era profissional, entre 1930 e 1980, tentou-se profissionalizar a polícia delimitando seu objeto, tornando-a mais imparcial por meio da impessoalidade. Os avanços tecnológicos da época influenciaram a polícia, sobretudo pela utilização em massa do automóvel e do rádio, criando-se unidades móveis de radiopatrulha focadas unicamente na repressão criminal (HIPÓLITO; TASCA, 2012).

É inegável a melhora na eficiência e na profissionalização do serviço policial com recursos humanos mais capacitados (surgimento das primeiras academias de polícias) e com melhores tecnologias, mas os policiais tinham dificuldade de identificar os problemas cotidianos dos cidadãos por causa do distanciamento da comunidade (BRASIL, 2009).

Se por um lado o modelo profissional trouxe eficiência e profissionalização ao serviço policial, por outro, o avanço tecnológico pautado em uma lógica repressiva conduziu a prestação do serviço policial para longe do cidadão. O policial passa a ser um estranho para seu bairro.

Esta fase, que exerce influência ainda hoje no pensar e agir da segurança pública dos países ocidentais, entretanto, incorreu no erro de estabelecer que o profissionalismo policial implica em atuar exclusivamente nos locais de prática de crime e violência para reprimir o criminoso. Todas as demais necessidades, que por ventura pudes-

sem ter os envolvidos na ocorrência, poderiam ser de qualquer outro órgão público menos da polícia, que já tinha feito o seu trabalho combatendo o criminoso e que, por isso, deveria se retirar do local mesmo que houvesse cidadãos desassistidos precisando de ajuda no local. (MARCINEIRO, 2009, p. 34-35).

No final dos anos 1970, a Rand Corporation dirigiu uma pesquisa baseada em dados de 153 departamentos de polícia norte-americanos, a qual indicou que apenas 3% das prisões são em decorrência do trabalho de investigação criminal. As demais prisões (97%) ocorrem graças à intervenção de vítimas, de testemunhas, de segurança privada e, na maior parte, em decorrência de policiamento ostensivo (a pé ou motorizado), que, portanto, é fundamental na preservação da ordem pública (MONET, 2002).

Constata-se que o serviço policial, para garantir a preservação da ordem pública, não poderia estar afastado da população, pois ele sozinho e distante não conseguiria reprimir a maior parte dos crimes, muito menos realizar qualquer prevenção. A partir dessa verificação, repensa-se a forma de policiamento, reconhecendo-se a importância da comunidade. Começa a era da resolução de problemas com a comunidade (a partir dos anos 1980), em que o policiamento passa a ser orientado para a solução de problemas.

Neste contexto, o policiamento orienta-se para a construção e perpetuação de uma relação mutualista entre polícia e sociedade, baseada na participação comunitária, focada na so-

lução dos problemas locais e identificada com a participação social (BRASIL, 2009).

POLICIAMENTO ORIENTADO À SOLUÇÃO DE PROBLEMAS – POSP

De acordo com material do Ministério da Justiça (2009, p. 17), o Posp:

é uma estratégia de policiamento moderno, que direciona as atividades policiais para identificar os problemas policiais repetitivos, analisar suas causas, resolvê-los e avaliar os resultados alcançados.

O conceito de Posp foi introduzido por Herman Goldstein em um ensaio publicado em 1979, cujo marco teórico traz como objetivo do policiamento a ação sobre as causas que dão origem aos problemas de segurança repetitivos e não simplesmente responder aos incidentes quando eles ocorrem ou tentar impedi-los por meio de policiamento ostensivo (CLARKE; ECK, 2013).

Além da sobrecarga de trabalho, os policiais acham desmoralizante voltar várias vezes ao mesmo local pelo mesmo problema e, muitas vezes, causado pelo mesmo pequeno grupo de pessoas. Para sair desta situação, a polícia deveria adotar um método no qual a trabalharia a partir das quatro etapas:

- exame cuidadoso dos dados, para identificar padrões dos incidentes com os quais a polícia lida rotineiramente;
- análise profunda das causas desses padrões (ou problemas);
- descoberta de novas formas de intervir previamente na cadeia causal, a fim de reduzir a probabilidade de ocorrência desses problemas no futuro;

- avaliação de impacto das intervenções e, se elas não tiverem sucesso, iniciar o processo novamente (CLARKE; ECK, 2013).

Segundo Rolim (2009, p. 103),

as evidências colhidas até agora autorizam a expectativa de que as experiências [...] com Posp possam reduzir o crime mais efetivamente do que os melhores resultados do modelo reativo de policiamento.

De acordo com Monet (2002, p. 288), a função policial no Posp expande-se para que se analisem com precisão as demandas,

a fim de identificar os grupos sociais com problema, os tipos de problemas encontrados, as soluções a serem empregadas. Soluções que não seriam unicamente do tipo policial, mas deveriam mobilizar diversos atores institucionais.

O Posp também vem atender à demanda de um policiamento mais eficiente, baseado em dados, até para justificar seus gastos perante os contribuintes e os gestores públicos. Nesse sentido, o Posp pauta-se em um método que no Brasil passou a ser denominado Iara.

MÉTODO IARA

Na resolução de problemas repetitivos de segurança, com base no Posp, a polícia deve utilizar a seguinte metodologia: identificar e especificar os problemas, analisar para descobrir as causas desses problemas, responder baseada nos dados analisados para eliminar as causas geradoras dos problemas e avaliar o sucesso de todo esse processo (CLARKE; ECK, 2013).

As mencionadas etapas de identificar, analisar, responder e avaliar foram sintetizadas na sigla Iara, traduzida da sigla inglesa *SARA*, criada por John Eck e Bill Spelman para descrever as quatro fases de solução de problemas correspondentes no inglês: *scanning, analysis, response* e *assessment* (CLARKE; ECK, 2013).

Identificação do problema

Para iniciar o método Iara, é necessário definir o que é um problema. No contexto do Posp, um problema corresponde a um grupo de incidentes similares em tempo, modo, lugar e pessoas, relacionados à segurança pública. Além disso, um problema deve ser uma preocupação substancial tanto para a comunidade quanto para a polícia. Assim, tanto polícia como comunidade devem participar juntos e ter paridade no processo de identificação do problema (TASCA, 2010).

É importante também nesta etapa a participação da comunidade. Segundo Marcineiro (2009, p. 119),

dar qualidade ao serviço policial significa torná-lo mais próximo e acessível ao cidadão, respeitando-lhe as necessidades e desejos e considerando as díspares peculiaridades de cada comunidade no planejamento e oferta do serviço policial.

Além disso, segundo o autor,

Outro aspecto que deve ser levado em conta na identificação do problema é a necessidade de se eliminar o ‘achismo’, ou seja, deve-se trabalhar com atos concretos e dados coletados em fontes de informações confiáveis. A experiência pessoal de cada um que participa

na identificação do problema é importante, porém, para se evitar desperdício de tempo e recursos na busca de soluções por um problema erroneamente identificado ou pouco importante no contexto geral, deve-se procurar, sempre que possível, comprovar a experiência pessoal através de dados estatísticos (Marci-neiro, 2009, p. 180).

No tocante à contribuição da polícia, destaca-se o papel da inteligência de segurança pública como condição primordial à identificação dos problemas e suas respectivas causas. Por isso, a inteligência de segurança pública deve ser desenvolvida e aperfeiçoada constantemente com a integração de diversas bases de dados e não apenas com dados de instituições de segurança pública, uma vez que órgãos, como secretarias de saúde e educação, podem fornecer informações bastante valiosas à polícia. Nesse cenário, é interessante a utilização de tecnologias cada vez mais avançadas de análise criminal no auxílio à inteligência de segurança pública (SANTA CATARINA, 2011).

Entretanto, segundo Rolim (2009, p. 41), infelizmente, muitas vezes só se obtêm:

dados compilados a partir dos registros de ocorrência, o que assimila, inequivocamente, uma maneira ultrapassada de se lidar com indicadores de criminalidade e violência.

Não por outra razão, o rol de indicadores de problemas deve ser amplo e diversificado. Do lado policial devem ser considerados os órgãos da segurança pública no geral (policiais militares, policiais civis e bombeiros); do lado da

comunidade devem participar, além de moradores, empresários e lideranças locais, representantes de outras instituições públicas e privadas. Todos devem participar em conjunto para dar legitimidade ao processo (BRASIL, 2009).

Cabe salientar que, ao se isolar um determinado tipo de problema, há maior facilidade de resolvê-lo, e é necessário considerar ainda que um pequeno grupo de problemas se mostra responsável por um número considerável de ocorrências policiais. Segundo dados trazidos por Rolim (2009, p. 139) de pesquisa realizada nos Estados Unidos,

cerca de 10% das vítimas estão envolvidas em 40% dos crimes; 10% dos agressores estão envolvidos em 50% dos crimes; e 10% dos lugares formam o ambiente para cerca de 60% das ocorrências infracionais.

Acredita-se que a realidade seja semelhante no Brasil, seguindo o que se chama de Princípio de Pareto, de acordo com o qual, geralmente, um pequeno número de causas (20%) é responsável por uma grande proporção de resultados (80%) (TASCA, 2010).

Análise do problema

A fase de análise do problema corresponde ao coração do método Iara. Nesta fase, buscam-se as raízes dos problemas para, assim, conseguir atacar suas causas e não apenas combater os efeitos dos problemas (HIPÓLITO; TASCA, 2012).

Tentando analisar a gênese do crime, as teorias de criminologia se concentram em fatores sociais. Simulam causas em fatores longínquos, como as práticas de educação de

crianças, componentes genéticos e processos psicológicos ou sociais. Essas constituem teorias difíceis de validação prática e focam em políticas públicas incertas que estão fora do alcance da polícia (CLARKE; ECK, 2013).

Ao contrário da criminologia tradicional, as teorias e os conceitos da ciência do crime são muito mais úteis no trabalho diário da polícia, pois segundo Clarke e Eck (2013, p. 38), “lidam com as causas situacionais imediatas dos eventos criminais, incluindo tentações e oportunidades e proteção insuficiente dos alvos”.

Para esta fase é importante o conhecimento do triângulo de análise de problema (também conhecido como o triângulo do crime), originado da teoria da atividade rotineira. Essa teoria, formulada por Lawrence Cohen e Marcus Felson, diz que o crime ocorre quando um potencial infrator encontra-se com um potencial alvo (para aquele tipo de infrator) no mesmo tempo e lugar, sem a presença de um guardião eficaz. Essa formulação forma o tripé da análise de problema representada por infrator, alvo e local (CLARKE; ECK, 2013).

Respostas às causas do problema

Após a identificação clara e análise detalhada do problema, a polícia enfrenta o desafio de procurar o meio mais efetivo de lidar com ele, desenvolver ações adequadas com baixo custo e o máximo de benefício. Para isso, a polícia deve evitar a tentação de respostas prematuras não fundamentadas nas fases anteriores do método Iara (BRASIL, 2009). Deve haver um equilíbrio nas respostas com a utilização de táticas tradicionais e não tradicionais. Normalmente as primeiras estão

relacionadas às atividades básicas de policiamento e sozinhas dificilmente proporcionam soluções duradouras para os problemas (por exemplo, prisões, intimações e policiamento fixo no local), ao passo que as táticas não tradicionais ligam-se às ações comunitárias (como organização da comunidade, educação da população, alteração do contexto físico, mudanças no contexto social e da sequência de eventos, alteração do comportamento das vítimas) (BRASIL, 2009; HIPÓLITO; TASCÁ, 2012).

Frisa-se que essas respostas não são limitadas aos esforços para identificar, prender e oficialmente acusar e julgar infratores. Expande-se, sem abandonar o uso do direito penal. O policiamento orientado à solução de problemas procura descobrir outras respostas potencialmente efetivas (que podem exigir parcerias), dando grande prioridade à prevenção (CLARKE; ECK, 2013).

Avaliação do processo

Nesta etapa, os policiais avaliam a efetividade das respostas aplicadas na fase anterior. A avaliação é chave para o método Iara, pois se as respostas implementadas não são efetivas, as informações reunidas durante a etapa de análise devem ser revisitadas e novas hipóteses de respostas devem ser formuladas (BRASIL, 2009).

Esta fase serve também para exportar programas que funcionaram em determinados locais para serem aplicados em outras localidades cujos resultados de identificação e análise do problema sejam semelhantes. Nesse sentido, em 1977, o Tesouro britânico iniciou uma política de controle e eficiência nos gastos em

segurança pública, condicionando o repasse de verbas à demonstração de capacidade de reduzir o crime. Por isso, investiu-se em uma grande revisão dos estudos disponíveis nos EUA, no Reino Unido e na Holanda. Assim, foi possível identificar programas que, de fato, funcionavam. Demonstrou-se que os projetos mais eficazes na redução do crime, sem aumentar o efetivo policial, utilizavam-se da abordagem de Posp e firmavam fortes parcerias com as comunidades (ROLIM, 2009).

As comunidades e as polícias devem compartilhar as experiências bem-sucedidas de prevenção ao crime; aquelas que geram efetiva segurança a curto e a longo prazo. Devem compartilhar as ideias específicas de como resolver problemas de vizinhança. Ao destacar os programas que foram desenvolvidos, espera-se que esta informação sirva como um catalisador para desenvolver maneiras eficazes de impedir o crime e aumentar a participação das comunidades nestes esforços (DALMARCO, 2004, p. 22).

Segundo Skonieczny (2009), outro fator importante nesta fase é conhecer o impacto das medidas policiais sobre a população ou a comunidade diretamente envolvida.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

Remontam a junho de 2010 as primeiras experiências utilizando-se a estratégia de Posp na PMSC, a citar, as vistorias preventivas em comércios no centro de Florianópolis a fim de prevenir furtos e roubos. Tratava-se de ações isoladas e pontuais que, bem-sucedidas, passaram a incorporar e disseminar os conceitos que sustentam a preservação da ordem pública a partir do Posp. A necessidade de disseminar o conhecimento e de se desenvolver uma cultura orga-

nizacional proativa e em parceria com a comunidade na busca de soluções para a segurança pública fizeram crescer a imperiosidade de inserir o Posp na formação dos policiais militares.

Em 2011, todos os cursos de formação e aperfeiçoamento de praças e oficiais passaram a contemplar em sua matriz curricular uma disciplina específica para repassar informações e a metodologia do Posp. Seguindo este processo de implementação, a crescente cultura de incorporação da estratégia levou o Comando Geral da corporação a respaldá-la. O intuito de disseminar e sedimentar o Posp como estratégia de policiamento culminou com sua inclusão no Plano de Comando da estruturação das ações e a elaboração do Procedimento Operacional Padrão (POP) nº 103. O Plano de Comando da corporação reconheceu, assim, que se deve também atuar sobre as causas dos problemas, principalmente por meio de parcerias, e não apenas (mas também) realizar repressão.

Plano de comando

De acordo com o Plano de Comando da PMSC, um dos eixos estruturantes da corporação na dimensão operacional é a “ação sobre as causas”:

A compreensão de um papel mais amplo da polícia e a necessidade de uma atuação em parceria com a sociedade reclamam uma atuação policial que contemple, entre as suas atividades, identificar os problemas repetitivos de segurança, analisar suas causas, desenvolver respostas direcionadas à resolução do problema por meio da intervenção sobre essas causas e avaliar os resultados alcançados (SANTA CATARINA, 2011, p. 13).

Dessa maneira, dentro das “ações preventivas” previstas no Plano de Comando, encontra-se a “ação sobre as causas”, em que a “resolução de problemas” possui maior peso e o objetivo é “ampliar o número de OPMs que utilizam metodologia para análise e resolução de problemas locais de segurança pública e apoiam o seu emprego nos Conselhos Comunitários de Segurança” (SANTA CATARINA, 2011, p. 124).

Procedimento Operacional Padrão nº 103

Em 28 de setembro de 2011, a PMSC, por meio da 3ª Seção do Estado-Maior (EMG-PM3), iniciou um projeto destinado a estabelecer procedimentos operacionais padrão dos serviços prestados à sociedade catarinense. Na ocasião, o Posp passou a ser estabelecido e regulado por meio do Procedimento Operacional Padrão (POP) nº 103 para “Análise e Resolução de Problemas de Segurança Pública”.

A primeira ação descrita é a utilização do método Iara. Portanto, iniciando a fase de identificação do problema, devem-se empregar estratégias diversificadas para a identificação dos problemas de segurança pública em uma determinada comunidade, tais como: distribuição de urnas e formulários em centros comerciais e igrejas; conversas informais de policiais de linha de frente com a comunidade; a correlação entre os dados obtidos por meio de geoprocessamento e análises estatísticas e a comunidade; queixas em rádio comunitária; caminhadas guiadas; mapa de problemas da vizinhança, entre outros. Nessa fase, a participação do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) é fundamental, por meio da realização de reuniões, buscando

mobilizar o maior número possível de pessoas diferentes para participar do processo de identificação de problemas.

Finalizado a etapa de levantamento de problemas na reunião, passa-se a listar todos os problemas identificados, agregando aqueles identificados por meio de outras estratégias para, em seguida, priorizar os problemas analisando sua gravidade, urgência e tendência (potencial de crescimento do problema).

Selecionado o problema prioritário, parte-se para a fase de análise. Inicialmente, deve-se gerar conhecimento sobre o problema para que seja possível sugerir suas prováveis causas. Mostra-se fundamental envolver o maior número possível de pessoas que conhecem o problema para que sugiram suas causas.

Na fase de resposta, deve-se estabelecer a solução mais adequada para o problema e implementá-la. Deve-se, assim, encontrar ações ou alternativas que possam contribuir para a solução do problema, rever as descobertas sobre os três lados do triângulo de análise de problemas (vítima, infrator e ambiente) e desenvolver ações para lidar, pelo menos, com dois lados do triângulo. A resposta deve ser pautada e monitorada por um plano de ação que inclua respostas preventivas e repressivas.

A última etapa compreende a avaliação do sucesso das estratégias utilizadas, comparando a situação inicial identificada na análise do problema com a situação pós-aplicação das respostas, tendo por base os indicadores definidos no plano de ação. Por isso, o resultado da etapa de avaliação serve como parâmetro para rever o planeja-

mento executado, identificar falhas no processo de planejamento, corrigir eventuais ações que se mostraram inócuas ou ainda redimensionar os indicadores de avaliação propostos.

Ao final, o POP nº 103 determina a produção de documento consolidando todo o conhecimento produzido para a resolução do problema.

O CASO DA 1ª COMPANHIA DO 4º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR (1ª CIA/4º BPM)

Em 2 de fevereiro de 2012, na segunda reunião do recém-criado Conselho Comunitário de Segurança do Centro de Florianópolis (Conseg-Centro), na circunscrição da 1ª Cia/4º BPM, iniciava-se a experiência do emprego do Posp como uma das estratégias de policiamento. Utilizando-se da metodologia conhecida como Iara, o Conseg-Centro passou a implementar e desenvolver projeto pioneiro na área de segurança pública brasileira. O Conseg-Centro tem como abrangência o centro de Florianópolis e é composto por empresas, escolas, associações, órgãos públicos, entidades representativas e organizações não governamentais (CAMPOS, 2013). Todo o processo e os atos descritos a seguir decorrem de dados e informações colhidos de atas de reuniões do Conseg-Centro.

Identificação do problema

O processo começou com uma palestra de sensibilização aos membros do Conseg-Centro, em que foram repassados e explicados, de forma detalhada, os procedimentos futuros para operacionalização do Posp e a aplicação do método Iara. Na ocasião, ao se transmitirem conhecimentos de prevenção situacional, de criminologia ambiental e de prevenção por meio do dese-

inho urbano, buscou-se despertar nos membros do Conseg a necessidade de atuar sobre as causas do problema, adotando uma postura proativa e com ação sobre os aspectos motivadores e geradores, e não apenas remediando as consequências do problema. Não por outro motivo que se destacou a necessidade de importar a lógica da saúde para a segurança pública, pois na área da saúde, qualquer que seja o problema, o tratamento pode ir além da remediação de sintomas, almejando descobrir e sanar as causas do problema. Quando se tem uma dor de cabeça, por exemplo, o médico pode prescrever medicamentos para alívio da dor e restringir-se a remediar consequências. Mas ele pode, adicionalmente, solicitar exames para diagnosticar a causa da dor de cabeça a fim de encontrar uma solução efetiva para o problema.

Uma vez realizado o nivelamento de conhecimento, ampliando e delimitando a compreensão de que o problema de segurança pública não está restrito a crimes, no dia primeiro de março de 2012 categorizaram-se os atores que compõem o bairro Centro em sete segmentos. Nesse sentido, buscando heterogeneidade, os membros do Conseg-Centro foram agrupados para aplicar o questionário identificador de problema em hotéis, bares e restaurantes, escolas, entidades, escritórios e clínicas, além de moradores, condomínios e transeuntes (CAMPOS, 2013).

Nessa etapa, estabeleceu-se como fundamental chamar e mobilizar os membros do Conseg e os mais variados segmentos relevantes da vida no centro de Florianópolis, descentralizando a tomada de decisão e sedimentando a corresponsabilidade de todos. Essa fase

de identificação do problema trouxe como objetivo a aplicação de 420 questionários nos segmentos mencionados. Torna-se importante registrar que a aplicação dos questionários se deu de maneira diferenciada em cada segmento, buscando usar a estratégia com mais fácil acesso ao público-alvo. Destarte, utilizaram-se visitas e entrevistas nos segmentos de hotéis, bares e restaurantes; de moradores e condomínios; e de escolas. De modo complementar, usaram-se os cadastros existentes nas entidades representativas para enviar mala direta e assim colher informações das entidades e dos escritórios e clínicas. Os estabelecimentos comerciais utilizaram seu serviço de telemarketing para colher informações. Por fim, em relação aos transeuntes, uma pesquisa de campo entrevistou e conversou informalmente com pessoas que transitavam em vias públicas do centro de Florianópolis (CAMPOS, 2013).

Os dados obtidos nos questionários foram tabulados, sendo identificados sete problemas recorrentes: roubo ao comércio, problemas relacionados com pessoas em situação de rua, roubo a estudantes, furto ao comércio, problemas relacionados ao Parque da Luz, consumo de drogas ilícitas e roubo ao transeunte. De acordo com o método Iara, deve-se atacar um problema por vez, assim, foram realizados debates sobre os problemas e, posteriormente, aplicada a Matriz GUT.

Ressalta-se que o uso da Matriz GUT, em cada um dos problemas, foi precedido por debates entre os membros do Conseg-Centro a fim de trocar experiências e conhecimentos sobre cada assunto. A média aritmética obtida com essa ferramenta, conforme preenchimen-

to pelos membros do Conseg-Centro, levou à seguinte priorização: 1. problemas relacionados com pessoas em situação de rua; 2. roubo a comércio; 3. furto a comércio; 4. consumo de drogas nas escolas e imediações; 5. roubo a estudante; 6. roubo a transeunte; 7. crimes e desordens no Parque da Luz.

Uma das dificuldades enfrentadas nessa fase foi a tendência de algumas pessoas ou grupos de tentar eleger seu problema específico, e não o principal problema do bairro. Quando se identificou esse tipo de discurso, tentou-se esclarecer sobre a metodologia Iara e a função do Conseg como voltados às necessidades da comunidade e não de interesses individuais (CAMPO, 2013).

Análise do problema

Nessa fase, conforme ocorreu em todas as etapas, os trabalhos foram abertos sempre realizando um *feedback* de todas as ações desenvolvidas a fim de não se perder de foco o desenvolvimento da metodologia em busca do objetivo, que a este ponto se firmou como contribuir e construir soluções para os problemas advindos das pessoas em situação de rua, como consumo de drogas, ameaça, presença de “flanelinhas”, roubos, entre outros. Isso posto, coletaram-se informações, com visitas a locais ocupados por moradores de rua, e promoveu-se uma reunião do Conseg-Centro com os líderes do Movimento dos Moradores de Rua de SC em 10 outubro de 2012. Essa reunião constituiu uma das experiências mais marcantes do processo, permitindo perceber o problema em análise a partir de um novo olhar.

Verificou-se que os moradores de rua utili-

zavam os imóveis abandonados como lar; identificou-se que muitos eram dependentes químicos; causavam transtornos e espalhavam sujeira quando remexiam o lixo produzido por restaurantes; muitos não conseguiam exercer qualquer ofício e viviam de esmola e catando lixo; não havia amparo da família nem de órgãos públicos para essas pessoas. Outro ponto levantado foi a falta de serviços públicos no período noturno e na madrugada para ajudar os moradores de rua, que ficavam, então, desassistidos durante mais da metade do dia (CAMPOS, 2013).

Após esse conhecimento sobre hábitos e problemas que se relacionavam direta ou indiretamente com moradores de ruas, as causas desses problemas passaram a ser examinadas. Todos os participantes podiam opinar. Assim, foi feita uma diagramação para relacionar causa e efeitos de todos os problemas sugeridos (CAMPOS, 2013).

Os membros do Conseg-Centro opinaram sobre todas as possíveis causas que contribuiriam para o problema, as quais foram divididas em seis categorias: vítima (comportamento), ambiente, infratores, Polícia Militar, Polícia Civil e outros órgãos. Depurou-se, então, cada causa levantada e, após muito debate e deliberação pelos membros do Conseg-Centro, foram resumidas as principais causas para o problema em tela.

Respostas às causas do problema

Com as causas delimitadas, o Conseg-Centro passou a desenvolver o seu plano de ação. Estabeleceu-se que, para cada causa, uma medida seria desenvolvida, o que contribuiria para o alcance de uma solução ao problema.

As ações previstas buscaram conciliar ações preventivas e reativas, apresentando medidas a curto, médio e longo prazos. Para a escolha das possíveis ações, dentre as sugestões feitas pelos participantes, um dos critérios residia na facilidade e no baixo custo da implantação, para fugir de alternativas quiméricas. Nesse cenário, podem-se citar algumas ações como a cartilha cidadã e a destinação de imóveis abandonados.

Percebendo-se a falta de informação e que a atitude de algumas pessoas agravavam os problemas, foi confeccionada uma cartilha explicativa denominada “Cartilha Cidadã nº 1 – Morador de Rua: personagem solitário e anônimo”. Esse material explicava quem são os moradores de rua, por que estão nessa situação, seus direitos, e como o cidadão comum pode ajudá-los. Foram impressas mil unidades dessa cartilha, em papel A4, com custo total de R\$ 1.100,00 (CAMPOS, 2013). Destaca-se que a cartilha sedimenta o direito da população em situação de rua, mas rompe com a lógica do assistencialismo como solução.

Em relação aos imóveis abandonados, realizou-se uma parceria com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) para se adotar uma postura de intolerância aos imóveis abandonados no centro de Florianópolis. Após a identificação e análise local pelo membro do MPSC, os proprietários foram intimados pelo órgão por ofício a lacrar, revitalizar ou demolir o imóvel, sob pena de demolição pela própria prefeitura, com posterior cobrança dos custos ao proprietário omissor.

A destinação de imóveis abandonados, em contrapartida, fortaleceu a parceria en-

tre Ministério Público, Conseg-Centro e Polícia Militar.

A parceria da Polícia Militar tem sido fundamental não só para o planejamento das ações em relação aos moradores de rua, como a efetivação de medidas concretas visando à equação do problema. As primeiras iniciativas, nesse campo, a propósito, partiram da própria Polícia Militar, que foram encampadas e aprimoradas ao longo dos debates havidos, estabelecendo-se, então, esse tripé vencedor entre Polícia Militar, Ministério Público e Conseg (PALADINO, 2013).

A Polícia Militar e o Conseg-Centro efetuaram o levantamento de informações na comunidade, consultaram os documentos operacionais da Polícia Militar e as guarnições de radiopatrulha sobre imóveis abandonados na região central de Florianópolis. Simultaneamente, o local passou por identificação e o relatório com registro fotográfico foi encaminhado ao Ministério Público. De posse de tal relatório, os órgãos envolvidos (Conseg, Ministério Público, Secretaria Municipal de Assistência Social e Polícia Militar) realizaram uma “ronda cidadã”, com a visitação do local para subsidiar os procedimentos seguintes. Nesta esteira, o Ministério Público notificou o proprietário de um dos imóveis, concedendo prazo para que o lacrasse, revitalizasse ou demolisse, sob pena de demolição pela própria prefeitura, conforme já mencionado (CAMPOS, 2013).

Quanto ao lixo descartado pelos restaurantes, a Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap), responsável pela coleta de resíduos sólidos e pela limpeza pública de Florianópolis,

instituiu um horário especial para a coleta de lixo após o término do expediente do comércio. Desse modo, evitou-se que moradores de rua fossem catar e espalhar lixo à noite pelas ruas.

A parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Centro de Atenção Psicossocial (Caps), ampliou o atendimento a dependentes químicos, que se tornou ininterrupta (24 horas). Isso porque se percebeu que o serviço deixava de atender boa parte dos necessitados, os quais enfrentavam maiores dificuldades em relação ao vício nos períodos da noite e na madrugada, quando o Caps estava fechado.

Outra parceira importante foi a estabelecida com a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), por meio do “Projeto Novo Rumo”, que criou oficinas ensinando profissões e ocupações aos moradores de rua.

O Conseg também contou com o apoio da Secretaria de Assistência Social, através do Centro POP. O Centro oferece atendimento diurno – refeições, local para banho e vestuário – à população em situação de rua, além de atendimento médico e psicológico, visando à reinserção no mercado de trabalho.

As parcerias são a chave de todo esse processo, pois a PMSC sozinha não teria condições de aplicar o mesmo nível de resposta sozinha, seja por falta de competência legal, seja por falta de recursos humanos e materiais.

Avaliação do processo

Destaca-se que o plano de ação estabelecido trouxe em seu bojo outras medidas, para além da cartilha cidadã e da destinação dos imóveis

abandonados. Algumas medidas, como a casa de acolhimento, o serviço de atendimento 24h, entre outras, por serem estruturantes e demandarem maiores dispêndios, encontram-se em processo de operacionalização.

No tocante às ações já concretizadas, a exemplo das medidas mencionadas, o processo de avaliação se deu por reuniões e deliberações dos membros do Conseg-Centro e órgãos parceiros, a fim de verificar se as metas foram atingidas. A este ponto, convém tecer que a cartilha cidadã efetivamente atingiu o público-alvo, conseguindo inclusive ampla abertura na mídia. A mudança comportamental se dá de maneira lenta, porém progressiva. Nesse sentido, a cartilha cidadã –por sua distribuição nas ruas do centro, ou por sua publicação nas mídias impressa, televisiva e falada, ou ainda por meios de comunicação digitais – contribui para disseminar conhecimentos e produzir mudanças culturais.

No que concerne à destinação de imóveis abandonados, a avaliação se deu também por reuniões e deliberações dos membros do Conseg-Centro e órgãos parceiros, mas agregou a incidência de ocorrências da Polícia Militar nos locais. De igual modo, o aspecto ambiental, com a demolição ou a restauração e revitalização de todos os imóveis identificados, evidencia que a meta foi alcançada. Conforme pontua Paladino (2013),

Os resultados têm sido auspiciosos. A partir da identificação dos proprietários de imóveis abandonados, tem-se obtido êxito na regularização dessas edificações, com o seu cercamento, fechamento ou mesmo demolição. Já temos contados mais de uma

dúzia de imóveis que lograram regularização. O trabalho é árduo, mas deve ser contínuo. A parceira, sem dúvida alguma, é a chave do sucesso.

Em síntese, infere-se que os resultados almejados foram alcançados, de maneira que as medidas contribuíram para reduzir os problemas relacionados a pessoas em situação de rua. Contudo, até pelo fato de o processo ser recente, ainda não se concretizaram todas as ações previstas, e sua etapa de avaliação ainda não foi finalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do Posp e do método Lara vem ganhando força em todo o mundo e, mais especificamente, dentro da PMSC. É um modelo moderno de policiamento, alinhado com a filosofia da polícia comunitária, cujo método de operacionalização, o Lara, vem apresentando resultados satisfatórios.

O método confere eficiência ao policiamento, pois otimiza recursos materiais e humanos, e busca parcerias, reconhecendo a dificuldade na gestão do problema de segurança pública. A responsabilidade, desse modo, não é apenas da polícia, mas de toda a sociedade e dos demais órgãos da administração pública. E, principalmente, o método permite atuar sobre as causas geradoras dos problemas e não apenas de maneira sintomática e repressiva.

Demonstrou-se no presente trabalho que a PMSC está focada na utilização do Posp, com a sedimentação no Plano de Comando, criação do POP nº 103 e adoção de parce-

rias com Consegs para a operacionalização da estratégia de policiamento por meio do método Iara.

No estudo de caso, apesar de o projeto ser recente, percebe-se o sucesso das parcerias da Polícia Militar e do Conseg-Centro, demonstrando a viabilidade do Posp pautado na metodologia Iara, o que por sua vez revela uma possibilidade de expansão para outros Conselhos Comunitários do Estado.

Outro aspecto importante da aplicação do Iara corresponde ao planejamento de ações propiciado pelo método, o que é essencial para o funcionamento atuante e motivado do conselho. Nesse sentido, o rápido *feedback* do processo, ao menos mensal, e o estímulo à

participação dos membros do Conseg contribuem para que todos participem, interajam e se sintam valorizados.

Ressalta-se, por fim, que a adoção dessa metodologia permitiu afastar os interesses pessoais dos membros Conseg dos atos que passaram a dirigir as ações do Conselho. Os interesses do grupo suplantaram os interesses individuais. Em outras palavras, a abordagem técnica dos problemas de segurança pública permitiu dar efetividade ao Conseg, deixando de lado a percepção de essa instância ser um balcão de reclamações à medida que se identifica o problema coletivo, analisam-se suas causas e constrói-se em parceria um plano de ação com metas definidas, que passa a estar em constante processo de avaliação.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Justiça. **Curso de policiamento orientado para o problema**. Brasília (DF), 2009.

CAMPOS, Ricardo. **Utilização do método lara pelo Conseg do Centro de Florianópolis**. Florianópolis, 19 jun. 2013. Entrevista concedida a Igor Araújo B. de Moraes.

CLARKE, Ronald V.; ECK, John E. **Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos**. Trad. Alessandro Souza Soares. Disponível em: <<http://www.popcenter.org/library/reading/PDFs/60steps-portuguese.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

DALMARCO, Vânio Luiz. **Prevenção ao crime: uma estratégia para tornar as comunidades mais seguras**. Santa Catarina, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.pm.sc.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2012.

HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCÁ, Jorge Eduardo. **Superando o mito do espantalho: uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública**. Florianópolis: Insular, 2012.

MAFRA, Carlos Alberto. **Instalação de residências para policiais militares em estabelecimentos de ensino: uma concepção de policiamento orientado para a solução de problemas**. Disponível em: <<http://biblioteca.pm.sc.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2012.

GOLDSTEIN, Herman. **Policinando uma sociedade livre**. Trad. Marcello Rollemberg. São Paulo: Edusp, 2003.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis: Insular, 2009.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2002.

PALADINO, Daniel. **Parceria do MPSC com o Conseg do Centro de Florianópolis**. Florianópolis, 20 jun. 2013. Entrevista concedida a Igor Araújo Barros de Moraes.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Polícia Militar de Santa Catarina. **Plano de Comando**. Florianópolis, nov. 2011.

SKONIECZNY, Turíbio. **O policiamento orientado para a solução de problemas (Posp) como ferramenta para a polícia comunitária na cidade de Lages (SC)**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.pm.sc.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2012.

TASCÁ, Jorge Eduardo. **Policciamento orientado para o problema: uma proposta de implementação na Polícia Militar de Santa Catarina**. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.pm.sc.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2012.

Policimento Orientado à Solução de Problemas na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – Brasil

Igor Araújo Barros de Moraes e Thiago Augusto Vieira

Resumen

El servicio policial orientado a la solución de problemas en la Policía Militar del Estado de Santa Catarina

Además de explicar el servicio policial orientado a la solución de problemas, utilizado por la 1ª Compañía del 4º Batallón de Policía Militar del Estado de Santa Catarina, y su metodología como estrategia y herramienta de preservación del orden público, el presente estudio pretende mostrar y diseminar una alternativa de servicio policial complementario al método tradicional, esencialmente reactivo. La investigación, que comprende un estudio de caso, reveló una evolución de la forma del ejercicio policial, hacia la prevención mediante el acercamiento a la población, sedimentando cooperaciones que procuran actuar de manera creativa sobre las causas del problema y dirigiendo la actividad a la construcción de soluciones que busquen generar calidad de vida. Se explica que la adopción del servicio policial orientado a la solución de problemas como estrategia complementaria al tradicional se constituye en importante herramienta de gerenciamiento para acciones de policía ostensiva, alejando el empirismo y convirtiendo la provisión de seguridad a la sociedad catarinense en técnica y profesional.

Palabras clave: Servicio policial orientado a la solución de problemas. Estrategias de servicio policial. Policía Militar.

Abstract

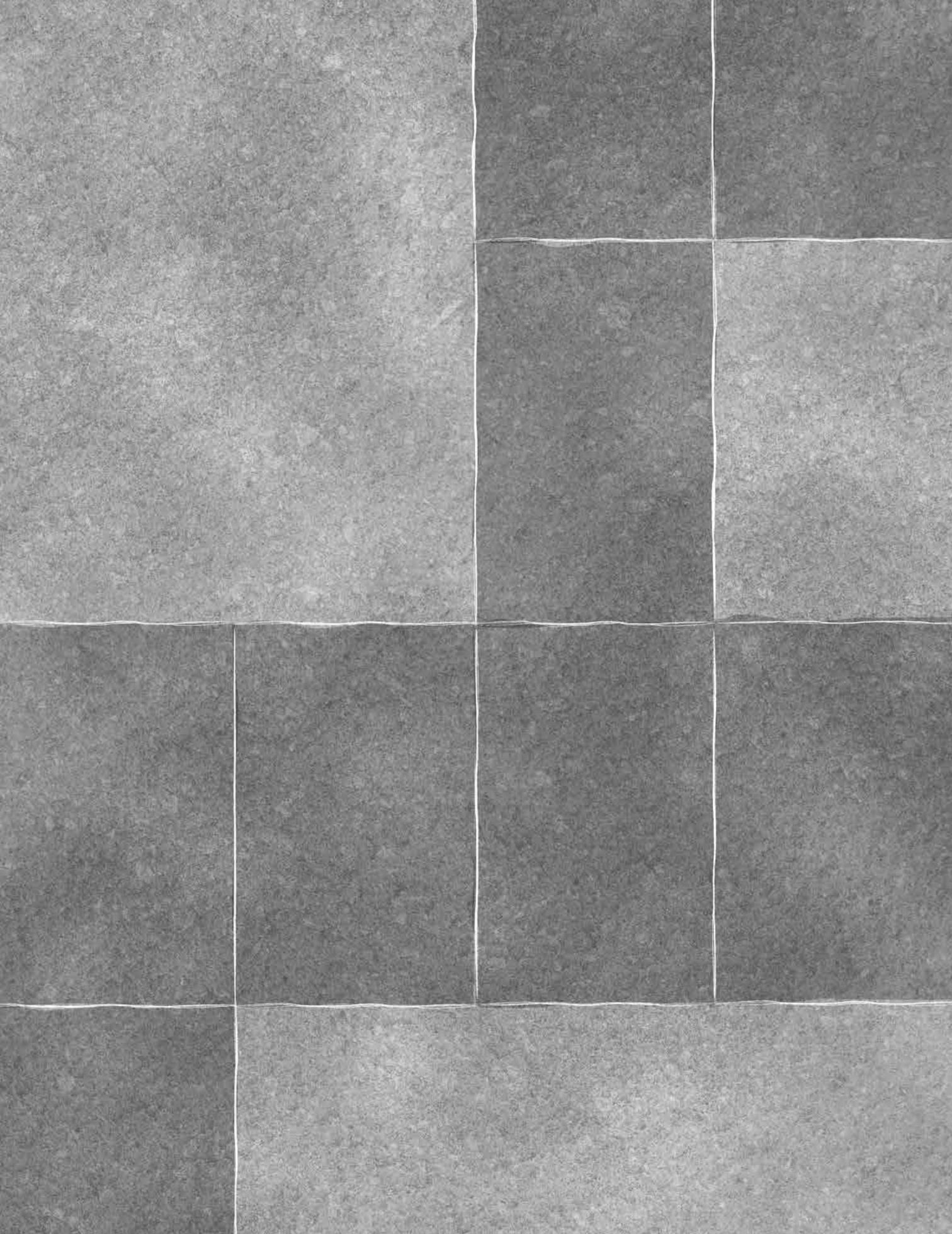
Problem-Oriented Policing and the Military Police of the State of Santa Catarina

This paper aims to present and disseminate Problem-Oriented Policing as a strategy and tool for preserving public order. This approach was adopted by the First Company of the Fourth Battalion of the Military Police of the State of Santa Catarina as alternative policing, supplementary to traditional, reactive policing methods. The case study under analysis revealed that effective policing improvement was achieved. Police officers shifted focus on to prevention, improved their relationship with community members, and partnerships were established between these two groups in search of creative solutions to address the causes of their problems and to improve general quality of life. The adoption of Problem-Oriented Policing as a supplementary strategy to traditional policing proved to be an important management tool for patrolling purposes. This new approach avoids empiricism and encourages the provision of more technical and professional public safety services for the citizens of the State of Santa Catarina.

Keywords: Problem-Oriented Policing. Policing strategies. Military Police.

Data de recebimento: 27/11/2013

Data de aprovação: 14/06/2014



Escopo e política editorial

A **Revista Brasileira de Segurança Pública** é a revista semestral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e tem por objetivo a produção de conhecimento e a reflexão no campo da segurança pública no Brasil e exterior. Os autores(as) dos artigos podem ser pesquisadores, policiais e/ou demais profissionais da área que tenham desenvolvido pesquisas científicas dentro de suas respectivas instituições e desejem disseminar resultados. Pretende-se promover o intercâmbio de informações qualificadas no que tange às relações entre segurança pública, violência e democracia, focando em políticas implementadas na área, policiamento, ensino policial, monitoramento e avaliação de dados, justiça criminal e direitos humanos. Especialistas nacionais e estrangeiros podem ser convidados a conceder entrevistas ou depoimentos para a publicação.

Instruções aos autores

- 1** Os trabalhos para publicação na Revista Brasileira de Segurança Pública devem ser inéditos no Brasil e sua publicação não deve estar pendente em outro local. Deverão ter entre 20 e 45 mil caracteres com espaço, consideradas as notas de rodapé, espaços e referências bibliográficas.
- 2** Os trabalhos deverão ser enviados através do sistema on-line de gestão da Revista Brasileira de Segurança Pública, disponível em <http://revista.forumseguranca.org.br/>. Para tanto, os autores devem realizar um cadastro, que permitirá o acesso à área de submissão de trabalhos, bem como permitirá o acompanhamento de todo o processo editorial. Toda a comunicação com os autores que submeterem o trabalho através do sistema será realizada por meio da ferramenta.
- 3** Recomenda-se a utilização de editores de texto que gravam em formatos compatíveis tanto com programas amplamente disseminados quanto, prioritariamente, com softwares de código aberto.
- 4** As opiniões e análises contidas nos textos publicados pela Revista Brasileira de Segurança Pública são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a posição do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A Revista Brasileira de Segurança Pública reserva-se todos os direitos autorais dos artigos publicados, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, sua posterior reprodução com a devida citação da fonte.
- 5** Todos os trabalhos serão submetidos ao Comitê e ao Conselho Editorial da Revista, que terão a responsabilidade pela apreciação inicial dos textos submetidos à publicação.
- 6** O Comitê Editorial da Revista Brasileira de Segurança Pública pode, a qualquer tempo, solicitar apoio de consultores AD HOC, sempre especialistas no tema do artigo submetido, para emissão de pareceres de avaliação sobre os textos encaminhados. Cada artigo receberá a avaliação de dois pareceristas, sendo os pareceres em blind review, portanto, sem a identificação dos autores ou dos pareceristas. Estes pareceristas podem aceitar recusar ou representar o original ao autor com sugestões de alterações.
- 7** Os trabalhos poderão, ALTERNATIVAMENTE, ser enviados por correio, cuja correspondência deverá ser enviada para a sede do Fórum, localizada à Rua Mário de Alencar, 103, Vila Madalena, São Paulo / SP, CEP 05436-090. Nesse caso, os textos deverão ser enviados em CD-R ou CD-RW e duas cópias impressas em papel A4 e deverão ser precedidos por uma folha de rosto onde se fará constar: o título do trabalho, o nome do autor(a) (ou autores), endereço, telefone, e-mail e um brevíssimo currículo com principais títulos acadêmicos, e principal atividade exercida, cidade, estado e país do autor. Recomenda-se que o título seja sintético. Qualquer identificação de autor(a) deve constar em folha ou arquivo separado.
- 8** A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas por correio.
- 9** Após aprovação do trabalho para publicação, o(s) autor(es) deverão enviar a “Declaração de responsabilidade e transferência de direitos autorais”, assinada por todos os autores. A declaração pode ser enviada por e-mail, escaneada em formato .jpg, ou para a sede do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O modelo da declaração encontra-se disponível ao final das regras de publicação e no link: <http://www2.forumseguranca.org.br/arquivos/declaracaorbsp.pdf>

critérios bibliográficos

Resenhas

Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, no máximo, há dois anos e no exterior, no máximo, há três anos, além de conter a referência completa do livro.

Artigos

Deverão ser precedidos por um breve resumo, em português e em inglês, e de um Sumário;

Palavras-chave deverão ser destacadas (palavras ou expressões que expressem as idéias centrais do texto), as quais possam facilitar posterior pesquisa ao trabalho na biblioteca.

Serão aceitos artigos escritos nas línguas portuguesa e espanhola. Artigos escritos em inglês ou francês poderão ser submetidos para avaliação, mas, se aprovados, serão traduzidos para a língua portuguesa;

Não serão devidos direitos autorais ou qualquer remuneração pela publicação dos trabalhos em nossa revista, em qualquer tipo de mídia impressa (papel) ou eletrônica (Internet, etc.). A simples remessa do original para apreciação implica autorização para publicação pela revista, se obtiver parecer favorável.

Quadros e tabelas

A inclusão de quadros ou tabelas deverá seguir as seguintes orientações:

a/ Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo Excel ou similares separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.

b/ As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma-(Autor, data) ou (Autor, data, página).

c/ Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.

Referências bibliográficas

As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo, obedecendo aos seguintes critérios: Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Artigo: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / “título do artigo entre aspas /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

Coletânea: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / título do capítulo entre aspas /VÍRGULA/ in (em itálico)/ iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea, em itálico /VÍRGULA/ local da publicação/VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Teses acadêmicas: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

Os critérios bibliográficos da Revista Brasileira de Segurança Pública tem por base a NBR 6023:2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Declaração de Responsabilidade e Transferência de Direitos Autorais

Utilize o modelo abaixo, preencha e envie de forma digitalizada (.JPG) como documento complementar através do sistema on-line.

Se preferir encaminhar por fax ou correio, também poderá fazê-lo para a sede do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, localizada na Rua Mário de Alencar, 103 – Vila Madalena – São Paulo – SP – Brasil; Cep: 05436-090.

Declaração de Responsabilidade e Transferência de Direitos Autorais

Primeiro autor: _____

Título do artigo: _____

Nomes de todos os co-autores na ordem que aparecem no artigo:

1. Declaração de Responsabilidade - Garanto que em caso de vários autores, obtive, por escrito, autorização para assinar esta declaração em seu nome e que todos os co-autores leram e concordaram com os termos desta declaração. - Certifico que o artigo representa um trabalho inédito e que nem este manuscrito, em parte ou na íntegra, nem outro trabalho com conteúdo substancialmente similar, de minha autoria, foi publicado ou está sendo considerado para publicação em outra revista, que seja no formato impresso ou eletrônico. - Atesto que, se solicitado, fornecerei ou cooperarei na obtenção e fornecimento de dados sobre os quais o artigo está sendo baseado, para exame dos editores. - Certifico que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. No caso de artigos com mais de seis autores a declaração deve especificar o(s) tipo(s) de participação de cada autor, conforme abaixo especificado:

- (1) Contribuí substancialmente para a concepção e planejamento do projeto, obtenção de dados ou análise e interpretação dos dados;
- (2) Contribuí significativamente na elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo;
- (3) Participei da aprovação da versão final do manuscrito.

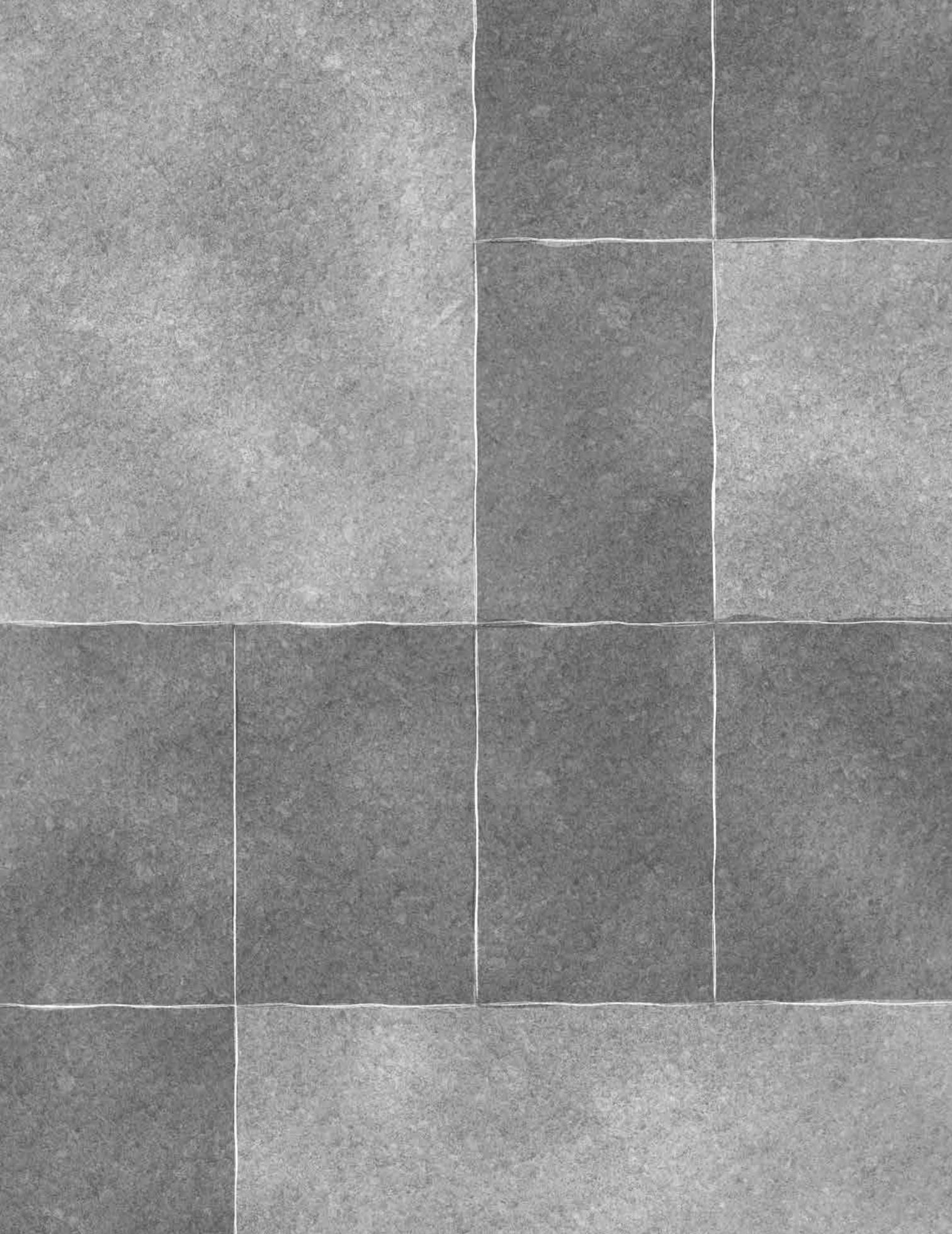
Assinatura de todos os autores:

Data: _____

2. Transferência de Direitos Autorais – Declaro que em caso de aceitação do artigo, concordo que os direitos autorais a ele referentes se tornarão propriedade exclusiva da Revista Brasileira de Segurança Pública, vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e, se obtida, farei constar o devido agradecimento à Revista Brasileira de Segurança Pública.

Assinatura de todos os autores:

Data: _____





**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**